

ACTA N.º 06/2006 – Reunião extraordinária do dia 2006.02.21

-----Aos vinte e um dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e seis, nesta vila de Bombarral e museu municipal, realizou-se uma reunião extraordinária da Câmara Municipal de Bombarral, com a presença do senhor Presidente da Câmara Luís Alberto Camilo Duarte, dos senhores Vereadores Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins, João Carlos Barreiras Duarte, António Joaquim Correia Fialho Marcelino, José João Jesus Ferreira, Mário Gomes Morgado e Bruno António Martins Santos.-----

-----Secretariou a reunião o Assistente Administrativo Especialista Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira.-----

-----Pelas 16.30 horas, o senhor presidente da Câmara declarou aberta a reunião.

ORDEM DO DIA

0238. ÁGUAS DO OESTE: -----

-----INTERVENÇÃO: O senhor Presidente da Câmara considerou uma lástima a intervenção que as Águas do Oeste estão a levar a efeito no concelho, informando existir um rigoroso levantamento do que tem vindo a ser feito. Relativamente ao contrato assinado e à adesão às Águas do Oeste do ponto de vista estratégico nunca se colocou a questão de concessionar a exploração da nossa água que é o que se pretende que se esteja a passar neste momento. Do ponto de vista estratégico a Câmara e Assembleia Municipal entenderam participar na formação de uma empresa multimunicipal que tem como principal finalidade garantir no médio / longo prazo o fornecimento estratégico de água aos concelhos abrangidos pela mesma, para além do tratamento ambiental no âmbito da bacia hidrográfica da Lagoa de Óbidos. Relativamente ao contrato em causa entendem que o mesmo não podia estar em vigor porque há incumprimento por parte das Águas do Oeste e a Assembleia Municipal não autorizou a alienação de parte do património municipal. Apenas o Bombarral e o Cadaval se encontram nesta difícil situação. -----

----- INTERVENÇÃO: O senhor vereador Fialho Marcelino chamou a atenção para algumas cláusulas do contrato de fornecimento de água que considerouleoninas e sem razoabilidade, considerando ser uma situação bastante gravosa para o município. Considerou que o contrato só se deve iniciar no dia em que a água vinda de Castelo de Bode chegar aos limites do concelho. A Câmara deve tomar uma posição dura e renegociar todos os contratos. -----

----- INTERVENÇÃO: O senhor vereador Mário Morgado chamou a atenção para as diferentes denominações utilizadas nos diversos tipos de contratos, ou seja, parte-se de um contrato base estabelecido entre o Estado e as Águas do Oeste, que se configura no plano da aquisição ou cedência gratuita das infra-estruturas, mas por outro lado foram assinados contratos de aquisição e arrendamento e ainda de cedência onerosa, entre a Câmara e as Águas do Oeste. Questionou ainda com que direito, a empresa Águas do Oeste, está a facturar à Câmara o fornecimento de água quando esta provém somente das suas próprias infra-estruturas, quando aquela nem sequer respeita o contratualizado.-----

----- INTERVENÇÃO: O senhor vereador Gabriel Martins disse entender ser necessário que a Câmara solicite uma intervenção técnica a um especialista de direito administrativo. Considerou existir um nítido desfasamento entre a vontade das partes e um desequilíbrio do contrato nem sequer se falando nos eventuais incumprimentos

ACTA N.º 06/2006 – Reunião extraordinária do dia 2006.02.21

por parte das Águas do Oeste. Do seu ponto de vista o contrato é nulo porque constitui um nítido desequilíbrio entre as partes. A questão da reserva estratégica brada aos céus. Aquilo que lê é que a água que as Águas do Oeste vão fornecer é a que cá existe. O que se esperava era que a empresa Águas do Oeste viesse abastecer o Bombarral no sentido de resolver o problema das insuficiências no abastecimento e não substituir-se única e simplesmente à Câmara Municipal de Bombarral na sua função de fazer chegar água às populações utilizando única e simplesmente as reservas que existem no nosso concelho, pois pela leitura dos contratos chega-se à conclusão que em lado nenhum as Águas do Oeste são obrigadas a ir buscar caudais a reservas situadas fora do concelho. O que a Câmara deve fazer é retomar a posse das infra-estruturas até resolução da situação. -----

-----Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a seguinte proposta do senhor Presidente da Câmara: “CÂMARA MUNICIPAL DE BOMBARRAL vs ÁGUAS DO OESTE, S.A. - DOS FACTOS - ANTECEDENTES: CARTAS: - Carta datada de 18/11/2004 das Águas do Oeste a enviar os custos, para inscrição orçamental, do fornecimento de água para 2005, que não foram tidos em conta na elaboração do Orçamento vigente, pelo que nunca a Câmara Municipal de Bombarral consagrou nos seus Orçamentos a rubrica correspondente a estes compromissos; - Carta datada de 24/08/2005 das Águas do Oeste a confirmar que, sendo celebrado o Contrato de Arrendamento, a empresa se compromete a adquirir os equipamentos instalados nas captações a arrendar logo que cesse o contrato de arrendamento; - Carta datada de 14/11/2005 a informar das facturações já efectuadas sobre os caudais medidos na ETA do Pó e na captação do Senhor Jesus do Carvalhal; CONTRATOS: *CONTRATO DE CONCESSÃO DE TODO O SISTEMA* - (entre o Estado Português/Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território - Dr. José Sócrates e o Presidente do Conselho de Administração da Águas do Oeste, S.A. – Dr. Salgado Zenha) em 24/01/2001: *CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA* (entre a Águas do Oeste, S.A. e a Câmara Municipal de Bombarral) em 28/07/05: Início de facturação em 01/10/05; Cláusula 9ª Prevê que em caso de desacordo ou litígio, relativamente à interpretação ou execução deste contrato, as partes diligenciarão no sentido de alcançar, por acordo amigável, uma solução adequada e equitativa; *CONTRATO DE CONCESSÃO* (entre as Águas do Oeste, S.A. e a Câmara Municipal de Bombarral) em 28/07/2005: Cláusula II nº 2 A sociedade Águas do Oeste, S.A. compromete-se a entregar à Câmara Municipal do Bombarral: em 28/07/2005 ----- 514.412,81 €; em 15/12/2005 ----- 242.076,61 €; DO DIREITO (a negociar) Incumprimento por parte das Águas do Oeste quanto às transferências monetárias que não fez; - Contratos não devidamente rubricados; - Contratos não foram autorizados pela Assembleia Municipal como impõe a Lei 5-A/2002 no seu artigo 53º nº2; PROPOSTA 1) Tendo em conta antecedentes aqui expostos; 2) As tentativas de renegociação já encetadas, em reuniões com o Presidente do Conselho de Administração das “Águas do Oeste”; 3) O incumprimento contratual por parte da empresa “Águas do Oeste”, concretamente com a não realização das transferências a que estava obrigada contratualmente no montante global de 756.489,42 €; 4) Não autorização concedida pela Assembleia Municipal para a alienação do património municipal, conforme estipulado no artº 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002;

ACTA N.º 06/2006 – Reunião extraordinária do dia 2006.02.21

5) A Câmara Municipal de Bombarral, reunida extraordinariamente no dia 21 de Fevereiro de 2006 delibera aprovar a renegociação formal das Condições do Contrato de Fornecimento de Água e do Contrato de Concessão assinado pela Câmara Municipal do Bombarral e a empresa “Águas do Oeste, S.A.”, conforme previsto na Clausula 9ª do Contrato de Fornecimento de Água, mandatando o Presidente da Câmara para encetar estas negociações, com o compromisso de prestar informação permanente das mesmas à Câmara Municipal.”-----

-----Por proposta do senhor vereador Gabriel Martins foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar o seguinte aditamento: “6) Informação que enquanto a situação não estiver definida, a Câmara Municipal manterá a exploração e manutenção de todos os seus equipamentos pelo que não poderão de forma alguma os técnicos das Águas do Oeste usar, manusear ou de qualquer forma gerir as instalações e as infra-estruturas.”-----

-----Pelas 17.50 horas, foi a reunião encerrada e lavrada a presente acta, que depois de lida e achada conforme, vai ser devidamente assinada nos termos do n.º 2 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, pelo presidente do órgão e pelo funcionário municipal que a lavrou .-----

O Presidente da Câmara:

O Funcionário: